

Povos Indígenas no Brasil

Fonte *Journal de Espinas*

Class.: *21*

Data *7 de junho de 1988*

Pg.: _____

MONSERRAT

150 Para uma integração de línguas ao índio

Segundo a pesquisadora da SPHAN/Pro-Memória, Ruth Monserrat, os índios do Brasil encontram-se em situações bastante diferenciadas quanto ao uso da língua indígena e do português. As situações de verdadeiro bilinguismo — quando as línguas estão em pé de igualdade, tanto do ponto de vista funcional como institucional — não existem no Brasil. O que se observa com mais frequência, agora os raros casos de total monolinguismo na língua nativa (nos grupos recém-contatados) ou em português (cerca de 30 grupos, principalmente no Nordeste, que já perderam totalmente a língua indígena), é a situação em que indivíduos isolados, raramente grupos inteiros, dominam tanto o português como a língua materna. Com a intensificação do contato em condições desastrosas para a manutenção e o fortalecimento da identidade étnica, a língua indígena tem sido um dos alvos mais vulneráveis da desagregação socio-cultural de grupos étnicos diferenciados. Isso vem se revelando, com bastante nitidez, na história externa de várias línguas indígenas: a partir do total monolinguismo na época do contato, há uma introjeção acelerada do português durante um certo tempo, e, no decurso de poucas gerações, as crianças já têm unicamente o português como primeira língua, enquanto alguns poucos velhos tornam-se os detentores-museus da língua do seu grupo. Não houve tempo nem condições de se estabelecer e firmar um verdadeiro bilinguismo. Essa não é, felizmente, a situação mais generalizada. Talvez se possa dizer que a maioria das cerca de 170 línguas indígenas do Brasil ainda estão vivas e atuantes, quando menos porque ainda não houve tempo ou condições suficientes de contato negativo para que deixassem de existir.

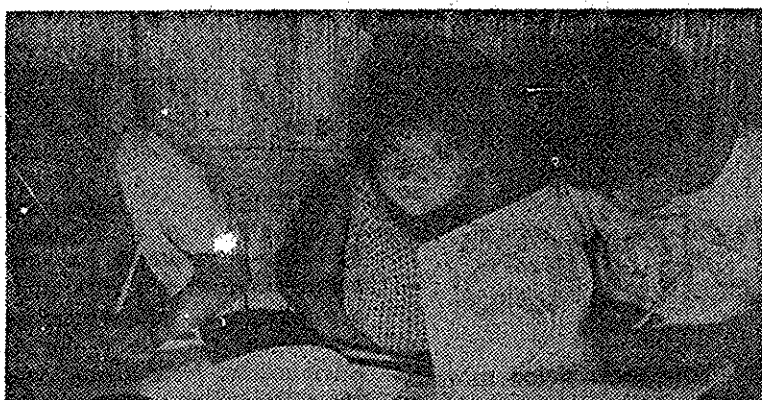
Consciência

Os povos indígenas têm a consciência de que as comunidades indígenas, queiram ou não, integram o sistema econômico dominante, dele dependem e não podem dele prescindir. Eles têm a consciência também de que a integração na sociedade majoritária possa dar-se sem que sejam sacrificados como grupos étnicos diferenciados, para que eles possam lutar por seus direitos específicos dentro do todo, é lhes imprescindível, em primeiro lugar, apossar-se efetivamente da língua comum dominante, o português.

Nesse contexto, poucas são as referências espontâneas dos índios à necessidade da língua indígena na escola, seja em forma oral, seja em forma escrita. Na verdade, não há lugar para ela numa escola vista como instrumento para o aprendizado do português; igual a "civilização".

Consenso

Existem alguns pontos de consenso geral sobre a questão das línguas indígenas em relação à escola, começando por: o português é necessário em qualquer escola indígena; a língua indígena não é indispensável para o contato, e, na escola tanto a língua indígena escrita como a oral constituem instrumento auxiliar para o aprendizado do português somente nos



Escola Katurina do Gregório (AC)

casos de "barreira linguística"; é mais fácil, linguística e psicologicamente, aprender a ler e a escrever na língua materna, seja ela qual for; e muito difícil, senão impossível, aprender a ler e escrever em uma língua que não se domina oralmente.

Parciais

Há outras opiniões que, embora não tenham consenso geral, são consideradas importantes por quem as emite: introduzir a escrita numa cultura ágrafa constitui uma violência a mais do colonizador; já que o ensino oral e escrito do português se justifica plenamente, na medida em que pode servir como instrumento de luta e defesa para os povos indígenas; a partir do domínio escrito do português, qualquer grupo indígena pode criar mais ou menos facilmente um sistema de escrita para sua língua, se assim o desejar; se a alfabetização é entendida como ler e escrever, tudo o que se pode falar e compreender, tudo que está escrito, esse tudo situa necessariamente a língua materna como suporte veicular do processo de alfabetização. Situação embaraçosa: todos sentem de maneira instintiva e difusa que a língua de um grupo humano é, de certa forma, o centro de sua cultura. Mas têm dificuldade em encontrar para a língua indígena escrita um lugar que não seja periférico: servir de ponte para o aprendizado do português e/ou registrar, dentro da nova situação histórica, as histórias e os modos de ser e de fazer tradicionais. Por melhores

que sejam as intenções e os esforços dos envolvidos com processos educacionais formalizados para sociedades indígenas, as funções da língua indígena, escrita e mesmo oral, não conseguem ultrapassar a barreira do registro do "velho". O "novo", o presente, só encontra canais de expressão linguística através do português.

Pode-se fazer algo para reverter essa situação, que condena a língua indígena ao paulatino empobrecimento, senão ao abandono final por parte de seus usuários, processo que vem acontecendo com inquietante frequência nos anos mais recentes? Parece-nos que o único caminho para isso é aquele que possa conduzir a um autêntico bilinguismo. Para tanto, faz-se mister, entre todas as demais condições sociais e políticas necessárias, que as línguas indígenas se atualizem, se modernizem, incorporando organicamente — através do léxico em primeiro lugar — toda a vivência do momento histórico atual dos povos indígenas. É preciso não apenas que a língua indígena deixe de ser ágrafa, que passe a ter escrita própria, mas principalmente que ela se atualize, se "normatize" e seja usada efetivamente. Utopia? Provavelmente o será, em muitos casos. Mas, não sabemos de antemão quais. E a tarefa para quem visualiza assim a questão é participar na criação das condições para que o processo possa iniciar-se e os povos indígenas possam atingir efetivamente o bilinguismo.